

EMENTA	
Área temática	II - Investigação policial
Disciplina	5 - Investigações especializadas
Módulo	i - Investigação de narcotráfico
Código	II.5.i
<p>Mapa de competência</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo a compreensão pelo policial civil do tema drogas e sua criminalização, e assim, da importância da contextualização histórica desse fenômeno na investigação dos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006; o domínio dos procedimentos operacionais, tecnologias e ferramentas próprias da apuração dessas infrações penais.</p>	
<p>Carga horária recomendada: 60 horas</p>	
<p>Descrição</p> <p>A investigação de crimes de tráfico de drogas perpassa por questões histórico-sociais e mesmo econômicas que a diferem de outras investigações policiais. Conforme extrai-se de Shecaira (2014, p.334)</p> <p style="text-align: center;">O uso de drogas existe desde tempos imemoriais. O consumo foi uma constante em nossa espécie. Porém, como problema social massivo, o uso problemático das drogas ilícitas é um processo moderno e coincide com a expansão colonial européia e com a consolidação do capitalismo (GAMELLA, 2012). Além disso, o processo tecnológico modificador do uso de drogas tradicionais, com o desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica, potencializou as consequências de seu uso.</p> <p>A Polícia Judiciária no Brasil tem como atribuição constitucional a apuração de infrações penais e diante da Lei nº 11.343/2006, que à par de instituir o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, também estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.</p> <p>Diante disso, faz-se necessário compreender a contextualização histórica, as metodologias de repressão ao tráfico e ao consumo de drogas e seus resultados no mundo, com o fito de vislumbrar os mecanismos e ferramentas que corroborem para o trabalho investigativo relacionado ao mundo das drogas.</p> <p>Portanto, é fundamental para a Polícia Civil do Estado de Goiás a qualificação de seus servidores no que tange à investigação de narcotráfico, através de um processo de ensino-aprendizagem no ambiente corporativo.</p>	
<p>Objetivo</p> <p>Criar condições para que o policial civil possa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ampliar conhecimentos para contextualizar, compreender e avaliar a repressão às drogas nos panoramas mundial, brasileiro e goiano, visando aplicar os métodos e ferramentas relacionadas à investigação de tráfico de drogas;</li> <li>➤ desenvolver e exercitar habilidades para reprimir o crime de tráfico de drogas e demais ilícitos da Lei nº 11.343/2006, e aplicar as técnicas processuais de investigação na legislação brasileira;</li> </ul>	

- fortalecer atitudes para refletir acerca dos diversos fatores e elementos sócio-econômicos e históricos que se inter-relacionam com a questão das drogas e sua criminalização, com o intuito de fomentar práticas condizentes com o pensamento crítico nas ações policiais.

## Conteúdo Programático

1. As drogas na história
2. Contexto mundial da repressão ao narcotráfico
  - 2.1 Relatório Mundial sobre drogas – Organização da Nações Unidas
  - 2.2 Principais países produtores e exportadores da droga
  - 2.3 Principais consumidores mundiais
  - 2.4 Metodologias de repressão ao tráfico e ao consumo de drogas e seus resultados na Europa
    - 2.4.1 Países Baixos
    - 2.4.2 Portugal
    - 2.4.3 Espanha
    - 2.4.4 Filipinas
    - 2.4.5 Alemanha
3. Política de combate nas Américas
  - 3.1 Estados Unidos
  - 3.2 México
  - 3.3 Chile
  - 3.4 Colômbia
  - 3.5 Bolívia
  - 3.6 Peru
  - 3.7 Uruguai
4. Política de drogas no Brasil
  - 4.1 Histórico normativo
    - 4.1.1 Constituição da República
    - 4.1.2 Leis Antidrogas
    - 4.1.3 Lei dos Crimes hediondos
  - 4.2 População carcerária e o tráfico de drogas
  - 4.3 “Cracolândias”
  - 4.4 Centros de apoio a dependentes
  - 4.5 Recursos investidos na repressão
  - 4.6 Inter-relação criminal
    - 4.6.1 Furto e roubo de veículos
    - 4.6.2 Homicídios
    - 4.6.3 Lavagem de dinheiro
5. Ingresso da droga no Brasil e em Goiás
  - 5.1 Países fornecedores
  - 5.2 Rotas conhecidas
  - 5.3 Principais distribuidores: Organizações Criminosas
6. Histórico de repressão em Goiás
  - 6.1 Número de prisão de traficantes
  - 6.2 Quantidade de droga apreendida
  - 6.3 Tipos de drogas comercializadas em Goiás
7. Investigação de tráfico de drogas
  - 7.1 Princípio da oportunidade
  - 7.2 Perfil do investigador

- 7.3 Equipamentos empregados
  - 7.3.1 Rastreadores
  - 7.3.2 Drones
- 7.4 Vigilância
- 7.5 Interceptação telefônica
- 7.6 Interceptação telemática
- 8. Estratégias de investigação
  - 8.1 Ação Controlada
  - 8.2 Separação de investigações conexas
- 9. Medidas constritivas de liberdade
  - 9.1 Prisão em flagrante
  - 9.2 Prisão Temporária
  - 9.3 Prisão Preventiva
  - 9.4 Outras medidas diversas da prisão
- 10. Medidas Assecuratórias de bens
  - 10.1 Apreensão de bens
  - 10.2 Arresto
  - 10.3 Sequestro
- 11. Procedimentos da Apreensão à destruição da droga
  - 11.1 Controle de custódia
  - 11.2 Perícias
  - 11.3 Armazenamento
  - 11.4 Destruição
- 12. Local de funcionamento de laboratório de produção e/ou refino de droga ilícita
  - 12.1 Preservação de local
  - 12.2 Acionamento de perícia de local de crime
  - 12.3 Acionamento de papiloscopistas policiais
  - 12.4 Apreensão dos insumos e objetos utilizados para a prática criminosa
- Interceptação de droga em rodovia
- 13. Procedimentos com a segurança no local
  - 13.1 Local de apresentação da ocorrência
  - 13.2 Procedimentos periciais
  - 13.3 Autorização para uso de bens vinculados ao tráfico de drogas
- 14. Autorização Judicial
  - 14.1 Autorização Administrativa
- 15. Relacionamento Interinstitucional
  - 15.1 Polícia Federal
  - 15.2 Polícia Rodoviária Federal
  - 15.3 Polícias Militares
  - 15.4 Polícias Civis
  - 15.5 Unidades de Inteligência
  - 15.6 Ministério Público
  - 15.7 Poder Judiciário
  - 15.8 Outros órgãos

Bibliografia indicada

**BRASIL, LEI 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e

dá outras providências.

DE LIMA, R. S., Ratton, J. L. e De Azevedo, R. G.; **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2014.

DE LIMA, Renato Brasileiro. **Legislação criminal especial comentada**. Salvador: editora JusPodivm, 2018.

#### Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

#### Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

#### Referências Bibliográficas

DE LIMA, R. S., Ratton, J. L. e De Azevedo, R. G.; **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**/ coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.